

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO EM 1993: O QUE ACONTECEU COM A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE?*

Carlos Henrique Horn**

1 - Uma estranha combinação: crescimento da atividade econômica, estabilidade da taxa de ocupação e queda da taxa de participação

Após três anos de persistente recessão, o nível de atividade da economia brasileira evidenciou inquestionável crescimento em 1993. Projeções do IPEA indicam uma variação de 4,4% no Produto Interno Bruto, sendo de 7,5% essa variação para o Produto industrial. No caso do Rio Grande do Sul, previsões do Núcleo de Contas Regionais da Fundação de Economia e Estatística apontam um crescimento de 7,3% no PIB e de 11,2% no Produto da indústria.

Diante de tal desempenho da economia, pareceria razoável que o comportamento do mercado de trabalho acompanhasse a recuperação e encerrasse o ano com saldo positivo. Com efeito, ao se observarem o crescimento de 2,7% no nível de ocupação, o recuo da taxa de desemprego de 14,1% para 11,8% da População Economicamente Ativa (PEA) e o aumento de 5,4% no rendimento médio real dos ocupados, é possível concluir-se que a *performance* do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre mostrou características dos períodos de crescimento da atividade econômica.¹

Não obstante, a observação mais atenta dos dados demonstra que se trata de uma recuperação lenta. De um lado, o crescimento do número de ocupados foi praticamente igual ao da População em Idade Ativa (PIA), permanecendo constante a taxa de ocupação medida em relação à PIA. De outro, a taxa de participação, que informa a proporção

* O autor agradece os comentários de Miriam De Toni, Irene Maria Sassi Galeazzi, Marilene Dias Bandeira, Roberto da Silva Wiltgen e Rosane E. Rossini e o auxílio de Silvio José Ferreira, da equipe da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), realizada através de convênio entre FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE e Fundação SEADE-SP. Os erros eventualmente existentes são de inteira responsabilidade do autor.

** Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS.

¹ Os dados referem-se aos períodos abr.-dez. de 1992 e 1993, uma vez que o levantamento de campo da PED-RMPA iniciou-se em abr./92.

das pessoas com 10 anos ou mais de idade que estão ativas no mercado de trabalho, quer como ocupadas, quer como desempregadas, reduziu-se de 58,2% para 56,8%.²

Tais resultados frustram as expectativas quanto ao desempenho do mercado de trabalho em uma conjuntura de recuperação da atividade econômica. No caso específico da taxa de participação, estudos realizados no âmbito da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo (PED-SP), referentes aos anos de 1985 a 1989, indicavam a existência de uma correlação positiva entre o nível de atividade e o tamanho relativo do mercado de trabalho (DEDECCA, FERREIRA, 1988; DEDECCA, 1990). Os resultados de 1993 renovam, portanto, a questão das relações entre o crescimento econômico e a População Economicamente Ativa, exigindo mais estudos acerca desse aspecto da dinâmica de curto prazo do mercado de trabalho urbano no Brasil. Com o presente artigo, em que se apresenta uma caracterização dos movimentos do mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre em 1992-93, procuramos adicionar alguns elementos ao debate.

2 - Crescimento econômico e População Economicamente Ativa

O comportamento do mercado de trabalho da Grande São Paulo, em resposta às flutuações da atividade econômica nos anos de 1985 a 1989, deu origem a dois importantes estudos baseados nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Partindo da constatação de que faltavam análises, na literatura especializada, sobre a evolução de curto prazo da População Economicamente Ativa no Brasil, o que refletiria um particular entendimento quanto à independência entre a dinâmica da PEA e as oscilações do nível de atividade da economia, Dedecca e Ferreira (1988) assumiram a necessidade de se investigar a existência de uma relação entre essas variáveis. Em sua análise sobre a dinâmica de crescimento da PEA na Grande São Paulo entre 1985 e 1987, eles chegam à seguinte conclusão:

"Os dados apresentados evidenciam que, pelo menos no curto prazo, as variações na taxa de crescimento da População Economicamente Ativa e da taxa de participação encontram-se relacionadas [positivamente] com o desempenho do nível de ocupação" (DEDECCA, FERREIRA, 1988, p.54).

Em seu estudo, os autores analisam a evolução da taxa de ocupação, medida em relação à PIA, comparativamente à taxa de participação, seccionando a população segundo sexo, idade e tempo de residência na Grande São Paulo. Nesse exame,

"(...) ficou demonstrado que apenas para os homens com idades entre 18 e 24 anos e entre 25 e 39 anos não se verificaram variações de suas taxas de participação sincronizadas com as de ocupação, ou seja, somente para

² No caso da Grande São Paulo, os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, da Fundação SEADE e do DIEESE, indicam um pequeno aumento da taxa de ocupação medida sobre a PIA, acompanhada de uma também pequena redução da taxa de participação entre 1992 e 1993. Ver Pesquisa de Emprego e Desemprego (1992/93).

esses segmentos da PEA, as alterações conjunturais do mercado de trabalho refletem-se totalmente nas variações das taxas de ocupação e de desemprego" (DEDECCA, FERREIRA, 1988, p.54).

Finalmente, os autores assinalam que:

"Muito provavelmente, os movimentos sincronizados entre taxas de ocupação e de participação não devem ocorrer indistintamente em qualquer mercado de trabalho. Para que isto seja verificado, é necessário, em primeiro lugar, que haja excedente populacional mobilizável, ou melhor, disponível para se inserir produtivamente; em segundo, é preciso que os requisitos necessários ao preenchimento dos novos postos de trabalho sejam compatíveis com as características dessa população excedente e, por último, que os mercados de trabalho locais estejam pouco estruturados, isto é, devem ser caracterizados pela existência de uma expressiva parcela de trabalhadores com baixa qualificação e organização. Além desses três aspectos, deve-se ressaltar a reduzida proteção ao trabalho, marcada por largos limites para a realização da rotatividade da força de trabalho e a falta de esquemas mais amplos de seguridade social, principalmente de seguro-desemprego." (DEDECCA, FERREIRA, 1988, p.54).

Em estudo posterior, Dedecca (1990) desenvolveu com maior profundidade essas hipóteses acerca da dinâmica de curto prazo da População Economicamente Ativa. As principais conclusões são reafirmadas:

"Tanto num como noutro momento da conjuntura econômica, tem-se uma adequação da disponibilidade [de mão-de-obra], através de um acréscimo ou decréscimo nas taxas de crescimento da População Economicamente Ativa, explicados por modificações nas taxas específicas de participação — particularmente para as mulheres e menores de idade — e, regionalmente, pela intensificação ou atenuação do fluxo migratório.

"(...) na expansão, observa-se uma aceleração no crescimento da PEA, correspondendo a um aumento da disponibilidade de mão-de-obra que tem como um de seus efeitos a atenuação da queda da taxa de desemprego. Inversamente, na crise reduz-se o ritmo de crescimento da PEA — e, portanto, da própria disponibilidade de mão-de-obra — esterilizando-se parte dos impactos do estancamento ou queda do nível de emprego sobre a taxa de desemprego" (DEDECCA, 1990, p.49-50).

3 - Mais além do trânsito entre desemprego e ocupação

Entre seus vários méritos, os estudos mencionados evidenciam quão mais complexos são os movimentos conjunturais do mercado de trabalho. Estes não se esgotariam nas combinações aumento da ocupação-queda do desemprego, característica das fases de aquecimento da atividade econômica, e queda da ocupação-aumento do desemprego, típica das crises. Sob certas condições, o conceito de disponibilidade

de mão-de-obra afigurar-se-ia mais amplo, devendo incluir certos segmentos da população aptos a ocuparem postos de trabalho, quando o aumento da demanda assim exigir, mas que refluem para a inatividade durante a recessão.

A possibilidade de que alguns grupos da população transitem de uma situação de inatividade para a PEA e vice-versa, caracterizando movimentos de curto prazo na fronteira do mercado de trabalho, aparece igualmente em análise de Offe e Hinrichs (1989), ainda que a preocupação central desses autores não se refira propriamente à dinâmica conjuntural do mercado de trabalho. Em sua tipologia, eles classificam os segmentos "inativos" da população como sendo:

"(...) todos aqueles grupos cuja atividade vital não pode ser rotulada como 'trabalho' (por exemplo, as crianças, os cronicamente doentes e os aposentados), ou aqueles que 'trabalham' mas não obtêm seus meios de subsistência como **compensação** por seu trabalho, e sim por meio de direitos legais à manutenção, que não se baseiam em contratos de trabalho (por exemplo, donas de casa e estudantes)" (OFFE, HINRICHs, 1989, p.39).

Dentre o segmento dos "inativos", haveria um subgrupo potencialmente apto a assumir postos de trabalho, desde que os requisitos para o preenchimento das vagas se mostrassem adequados à sua força de trabalho. Esse subgrupo é denominado "desemprego disfarçado" por Offe e Hinrichs e "reserva silenciosa" pelos estatísticos alemães. Se não há demanda,

"(...) uma oferta potencial da força de trabalho não entra, de fato, no mercado de trabalho (donas de casa que deixam de procurar emprego de meio período porque não conseguem encontrá-lo, ou estudantes que, prevendo problemas de emprego, continuam a estudar ilustram a questão). Nesses casos, uma parcela da oferta da força de trabalho, que se encontra sem qualquer perspectiva de emprego, pode permanecer fora do mercado de trabalho porque tem possibilidades de obter recursos junto à família ou a instituições públicas" (OFFE, HINRICHs, 1989, p.39-40).

Quanto aos fatores determinantes do trânsito entre a categoria dos "inativos" e o mercado de trabalho, encontrar-se-iam as normas culturais, as regulamentações legais sobre os limites temporais ou pessoais de participação no mercado e as previsões de chances de emprego para os recém-chegados. No que se refere a este último determinante, Offe e Hinrichs argumentam que

"(...) quanto menos chances existirem, maior será a tendência a reproduzir a força de trabalho, pelo menos temporariamente, através do auxílio de orçamentos (privados e públicos) em vez de reproduzi-la por intermédio de sua venda (incerta) em troca de salário" (OFFE, HINRICHs, 1989, p.42).

A possibilidade de sobrevivência fora do mercado de trabalho depende, contudo, do montante de renda auferido pela família ou pelos órgãos da seguridade social responsáveis pela manutenção do orçamento no qual os gastos dos "inativos" estão incluídos. Uma redução da renda, característica das conjunturas recessivas, pode, inclusive, determinar uma pressão para que parte da família, que em outras circunstâncias seria mantida "inativa", se obrigue a procurar emprego, apesar das baixas chances de consegui-lo. Conforme Offe e Hinrichs,

"Isto resulta na conhecida e apenas aparentemente paradoxal 'inversão' da oferta de trabalho. Ao contrário de todas as outras mercadorias, a oferta da força de trabalho tende a **crescer** quando a demanda (e os salários) cai, porque nessas condições a possibilidade de **não** participação no mercado de trabalho torna-se crescentemente impraticável por razões econômicas" (OFFE, HINRICHS, 1989, p.42).

Ora, essa hipótese revela uma ainda maior complexidade da dinâmica de curto prazo do mercado de trabalho. O crescimento do nível de atividade econômica e o dos rendimentos em geral podem ser acompanhados, quer por um aumento da participação da População em Idade Ativa no mercado de trabalho (estimulado pela demanda em elevação), quer por uma redução dessa participação (ocasionada pela liberação de segmentos que passam a depender da renda familiar acrescida ou da maior capacidade de gasto da seguridade social), e vice-versa. Chega-se a um ponto em que a relação entre as flutuações econômicas e a População Economicamente Ativa se mostra indeterminada.

A discussão precedente pode ser sistematizada num conjunto de equações, que relacionam os principais agregados de análise do mercado de trabalho. Sendo a taxa de participação no mercado de trabalho (TP) dada por:

$$TP = PEA/PIA \quad (1)$$

Já o número de desempregados (DES) é o resultado da multiplicação da taxa de desemprego (TD) pela População Economicamente Ativa:

$$DES = TD.PEA$$

Segue-se da equação (1):

$$DES = TD.TP.PIA \quad (2)$$

Dividindo-se ambos os lados por PIA, encontra-se uma expressão da taxa de desemprego como proporção da População em Idade Ativa:

$$(DES/PIA) = TD.TP \quad (3)$$

Segundo Dedecca e Ferreira, tem-se que, nos momentos de recuperação da atividade econômica e dada a taxa de crescimento da PIA, a queda do número de desempregados ocasionada pela redução da taxa de desemprego (TD) só não é mais pronunciada porque o mercado atrai novos contingentes de trabalhadores, acelerando o crescimento da PEA por meio de maiores taxas de participação. Parte dessa pressão ampliada pelos postos de trabalho que estão sendo gerados acaba por traduzir-se em desemprego.

Já a hipótese da "curva de oferta negativamente inclinada", lembrada por Offe e Hinrichs, poderia significar que as conjunturas de recuperação da atividade econômica implicariam redução acelerada do desemprego, em consequência da queda conjunta da taxa de desemprego (TD) e da taxa de participação (TP), esta última aliviada pelo fato de que parte da PIA voltaria a assegurar sua subsistência, sem estar presente no mercado de trabalho, com base no orçamento familiar e/ou na seguridade social.

Analogamente, o comportamento da ocupação depende da proporção em que a PEA se encontra empregada, o que é igual ao complemento da taxa de desemprego e ao da taxa de participação. Tem-se, então, que o número de ocupados (OCUP) é dado por:

$$\text{OCUP} = (1 - \text{TD}) \cdot \text{TP} \cdot \text{PIA} \quad (4)$$

Dividindo-se ambos os lados por PIA, encontra-se a seguinte expressão para a taxa de ocupação medida em relação à População em Idade Ativa:

$$(\text{OCUP}/\text{PIA}) = (1 - \text{TD}) \cdot \text{TP} \quad (5)$$

Na hipótese de Dedecca e Ferreira, os movimentos de curto prazo das taxas de ocupação e de participação seriam positivamente correlacionados. Assim, o crescimento do número de ocupados é não apenas satisfeito pelo exército de desempregados, daqueles indivíduos já presentes no mercado em busca de um emprego para sua força de trabalho, mas também porque segmentos da PIA se dirigem em maior proporção ao mercado de trabalho. Isto é, a "reserva silenciosa" abandonaria o silêncio em conjunturas de crescimento da atividade econômica. Porém esse mesmo crescimento, ao acarretar aumento dos rendimentos do trabalho e ao desobrigar parte da população de buscar no mercado de trabalho o sustento da família, criaria, segundo Offe e Hinrichs, um efeito inverso sobre a taxa de participação, sendo o resultado líquido indeterminado.

4 - Ocupação e participação de grupos populacionais no mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre — 1992-93

Em 1993, o crescimento do nível de atividade econômica foi acompanhado, conforme se destacou, por um aumento de 2,7% no número de ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre. O número de desempregados, por sua vez, reduziu-se 16,2%, tendo a taxa média de desemprego recuado de 14,1% para 11,8% da PEA, ao se compararem os períodos abr.-dez. de 1992 e 1993.

A expressiva redução da taxa de desemprego não reflete, entretanto, um aumento da taxa de ocupação medida em relação à PIA. Isto porque a taxa de participação sofreu uma queda de 2,4%, esterilizando os efeitos da menor taxa de desemprego e mantendo a taxa de ocupação em patamar idêntico ao de 1992. A queda da taxa de participação acarretou, ainda, que o contingente da População Economicamente Ativa na RMPA permanecesse constante, sendo estimado em 1.444 mil indivíduos.

Esses resultados, além de lançarem alguma inquietação sobre a capacidade da economia brasileira de aumentar com vigor seu nível de emprego — afinal, qual a taxa de crescimento do Produto requerida para que o emprego cresça mais do que a PIA? —, impõem a necessidade de melhor caracterizar os movimentos da População Economicamente Ativa num ano marcado pela recuperação da economia. Na Tabela 1, apresentam-se as médias trimestrais das taxas de participação e de ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir de abr./92. Essas taxas estão plotadas no Gráfico 1.

Tabela 1

Taxas de participação e de ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre — abr./92-dez./93

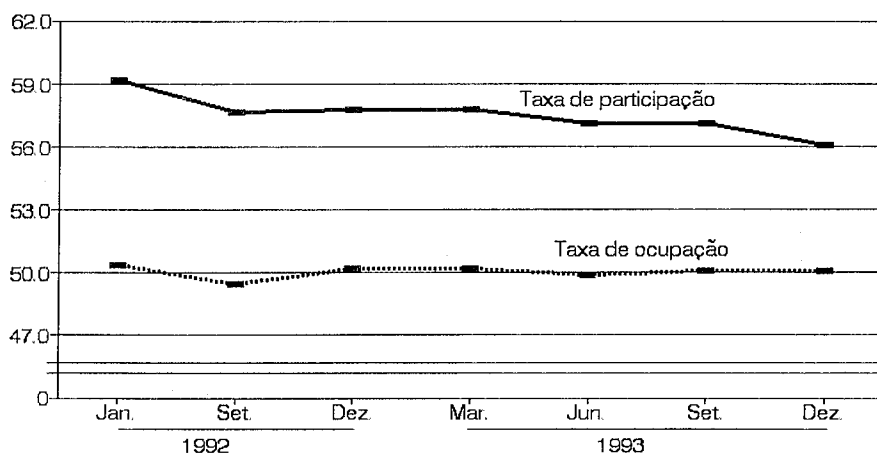
(%)

PERÍODOS	TAXA DE PARTICIPAÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO
Abr.-jun./92	59,2	50,4
Jul.-set./92	57,7	49,5
Out.-dez./92	57,8	50,2
Jan.-mar./93	57,8	50,2
Abr.-jun./93	57,1	49,9
Jul.-set./93	57,1	50,1
Out.-dez./93	56,1	50,1
Abr.-dez./92	58,2	50,0
Abr.-dez./93	56,8	50,0
Δ%	-2,4	0,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

GRÁFICO 1

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO NA RMPA — ABR/92-DEZ/93



FONTE: Tabela 1.

O Gráfico 1 evidencia a estabilidade da taxa de ocupação, especialmente a partir do último trimestre de 1992, conjuntamente à queda da taxa de participação ao longo do período. Os resultados correspondem às variáveis agregadas da ocupação e da participação. Para uma melhor caracterização do que ocorreu com os diferentes grupos da população nessa conjuntura, convém examinar-se o comportamento dessas taxas, discriminadas segundo o sexo, a idade e a posição que os indivíduos ocupam no domicílio em que residem. A Tabela 2 apresenta os dados segundo o sexo, os quais dão origem ao Gráfico 2.

Pode-se observar que ambos os segmentos populacionais apresentaram tendência a diminuir sua taxa de participação no mercado de trabalho entre 1992 e 1993; porém, essa redução foi mais intensa no caso das mulheres do que no dos homens. Como consequência, a PEA masculina cresceu apenas 1,2%, enquanto a PEA feminina chegou mesmo a decrescer 1,7%.

Quanto à taxa de ocupação, os indivíduos do sexo masculino evidenciaram uma pequena elevação (0,8%), enquanto os do sexo feminino tiveram uma queda também de pequena intensidade (-1,0%). A correlação entre os movimentos trimestrais das taxas de participação e de ocupação mostrou-se positiva e bastante forte para as mulheres, mas praticamente nula para os homens.

Tabela 2

Taxas de participação e de ocupação, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — abr./92-dez./93

(%)

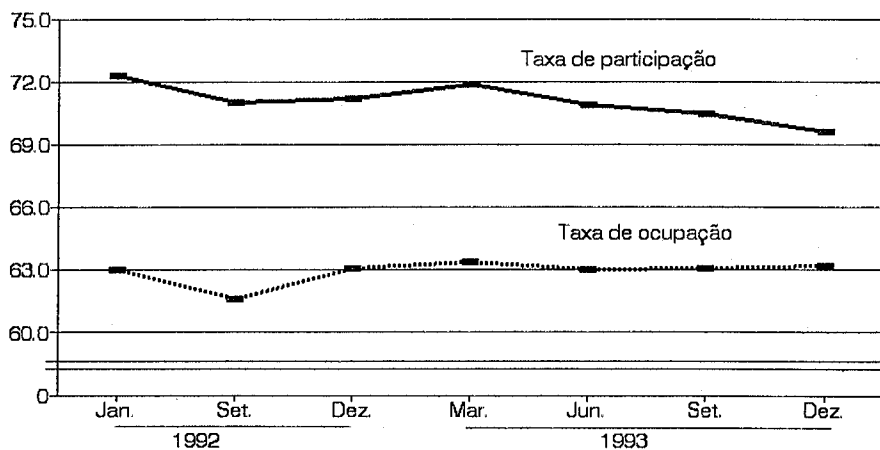
PERÍODOS	HOMENS		MULHERES	
	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação
Abr.-jun./92	72,3	63,0	47,2	38,9
Jul.-set./92	71,0	61,6	45,8	38,5
Out.-dez./92	71,2	63,1	45,4	38,3
Jan.-mar./93	71,9	63,4	45,0	38,1
Abr.-jun./93	70,9	63,0	45,0	38,1
Jul.-set./93	70,5	63,1	44,9	38,3
Out.-dez./93	69,6	63,2	43,6	38,1
Abr.-dez./92	71,5	62,6	46,1	38,6
Abr.-dez./93	70,3	63,1	44,7	38,2
Δ%	-1,7	0,8	-3,0	-1,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

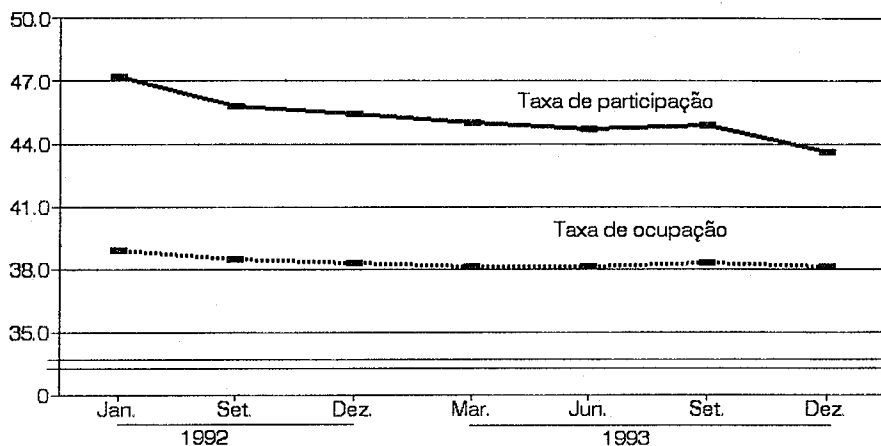
GRÁFICO 2

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO, POR SEXO, NA RMPA — ABR/92-DEZ/93

a) homens



b) mulheres



A Tabela 3 apresenta, por seu turno, as taxas de participação e de ocupação dos indivíduos classificados segundo a idade. Pode-se constatar que, à exceção das pessoas com idade entre 18 e 24 anos, houve decréscimo da taxa de participação, sendo tanto mais acentuadas nos extremos da distribuição. No caso dos jovens entre 10 e 17 anos, a População Economicamente Ativa evidenciou uma queda expressiva de 7,3%.

Tabela 3

Taxas de participação e de ocupação, segundo a idade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — abr./92-dez./93

PERÍODOS	10 A 17 ANOS		18 A 24 ANOS	
	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação
Abr.-jun./92	23,0	14,1	76,6	59,2
Jul.-set./92	22,8	13,6	74,8	59,2
Out.-dez./92	21,3	13,8	73,9	59,2
Jan.-mar./93	22,0	14,9	76,8	60,4
Abr.-jun./93	20,7	13,7	75,7	60,6
Jul.-set./93	20,9	14,5	75,4	60,9
Out.-dez./93	19,2	12,6	74,9	62,4
Abr.-dez./92	22,4	13,8	75,1	59,2
Abr.-dez./93	20,3	13,6	75,3	61,3
Δ%	-9,4	-1,4	0,3	3,5

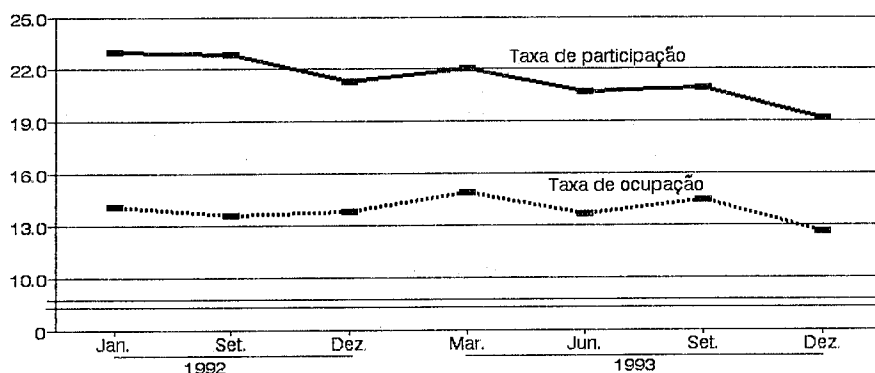
PERÍODOS	25 A 39 ANOS		40 ANOS E MAIS	
	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação
Abr.-jun./92	79,4	69,6	52,9	49,1
Jul.-set./92	77,8	68,6	51,7	48,0
Out.-dez./92	78,8	70,5	52,5	48,8
Jan.-mar./93	79,0	70,6	50,3	46,8
Abr.-jun./93	77,0	69,0	51,7	48,5
Jul.-set./93	77,9	70,3	51,3	48,1
Out.-dez./93	77,8	71,2	49,7	47,3
Abr.-dez./92	78,7	69,6	52,4	48,6
Abr.-dez./93	77,6	70,2	50,9	47,9
Δ%	-1,4	0,9	-2,9	-1,4

No que se refere à taxa de ocupação, ocorreram variações negativas nas faixas extremas, de 10 a 17 anos e de 40 anos e mais, ao passo que os indivíduos entre 18 e 39 anos apresentaram desempenho positivo, sendo significativo o crescimento observado para os ocupados entre 18 e 24 anos. Nessa faixa, não se verifica correlação entre os movimentos das taxas trimestrais de participação e de ocupação em 1992-93. O Gráfico 3 evidencia claramente que, após crescer no primeiro trimestre de 1993, a taxa de participação das pessoas entre 18 e 24 anos declinou gradualmente até o final do ano, enquanto a taxa de ocupação manteve sua tendência de crescimento no período.

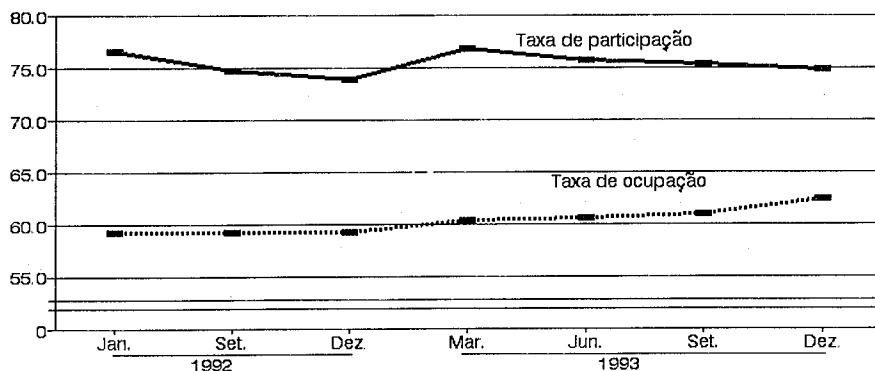
GRÁFICO 3

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO, POR IDADE, NA RMPA --- ABR/92-DEZ/93

a) 10 a 17 anos



b) 18 a 24 anos

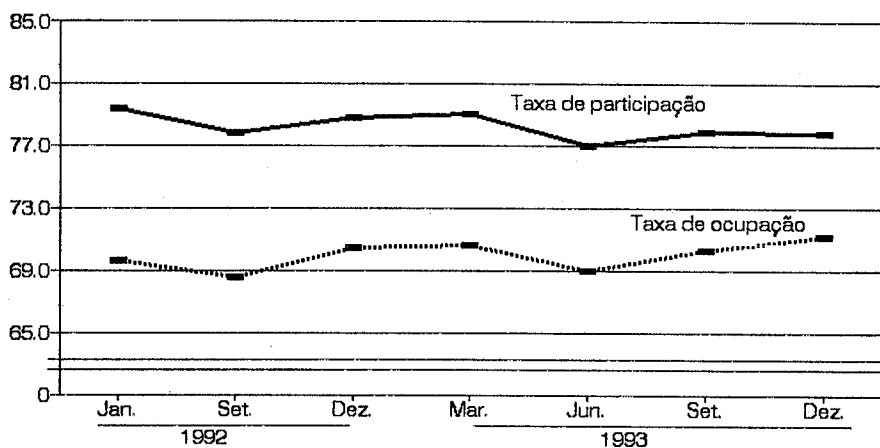


(continua)

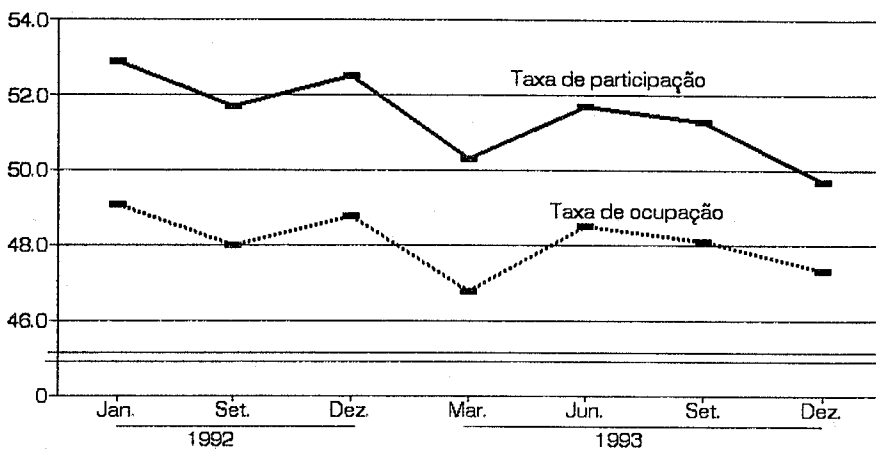
GRÁFICO 3

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO, POR IDADE, NA RMPA — ABR/92-DEZ/93

c) 25 a 39 anos



d) 40 anos e mais



FONTE: Tabela 3.

Já entre os indivíduos com 40 anos e mais, as flutuações da taxa de ocupação mostraram-se perfeitamente sincronizadas às da taxa de participação. Essa mesma correlação positiva pode ser constatada, ainda que em menor intensidade, nos grupos de idade entre 10 e 17 anos e entre 25 e 39 anos.

Para finalizar, cabe considerar os movimentos do mercado de trabalho segundo a posição dos indivíduos no domicílio em que residem. Na Tabela 4, expõem-se os resultados das taxas de participação e de ocupação para os chefes de domicílio, os cônjuges e os filhos. Observa-se, em primeiro lugar, que todos os segmentos reduziram sua participação no mercado de trabalho, tendo, inclusive, ocorrido redução da PEA dos cônjuges e dos filhos. Apenas no caso dos chefes, a queda da taxa de participação não chegou a determinar uma diminuição da PEA específica.

Tabela 4

Taxas de participação e de ocupação, segundo a posição dos indivíduos no domicílio em que residem, na Região Metropolitana de Porto Alegre — abr./92-dez./93

PERÍODOS	CHEFES		CÔNJUGES		FILHOS	
	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação	Taxa de Participação	Taxa de Ocupação
	(%)					
Abr.-jun./92	78,2	71,7	49,3	42,4	46,9	34,4
Jul.-set./92	76,6	70,0	48,2	42,0	45,7	33,9
Out.-dez./92	76,7	71,0	47,9	42,1	45,5	34,7
Jan.-mar./93	77,5	71,5	46,2	40,6	46,7	35,4
Abr.-jun./93	76,7	70,8	46,7	41,4	45,0	35,0
Jul.-set./93	76,4	70,9	47,1	41,5	44,6	35,2
Out.-dez./93	74,5	70,2	46,3	42,2	44,3	35,2
Abr.-dez./92	77,2	70,9	48,5	42,2	46,0	34,3
Abr.-dez./93	75,9	70,6	46,7	41,7	44,6	35,1
Δ%	-1,7	-0,4	-3,7	-1,2	-3,0	2,3

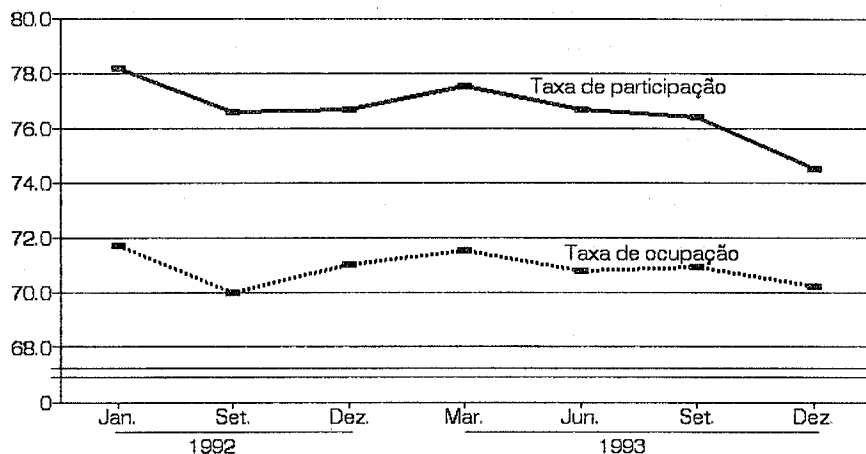
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Quanto à taxa de ocupação, os indivíduos que ocupam a posição de filho apresentaram comportamento totalmente inverso ao da taxa de participação, com crescimento de 2,3% na primeira. Já os cônjuges, que tiveram reduzida sua taxa de ocupação, e os chefes, cuja pequena queda da taxa indica uma certa estabilidade na ocupação, mostraram uma correlação positiva nos movimentos de ambas as taxas, nos trimestres entre abr./92 e dez./93. Esses movimentos podem ser observados no Gráfico 4.

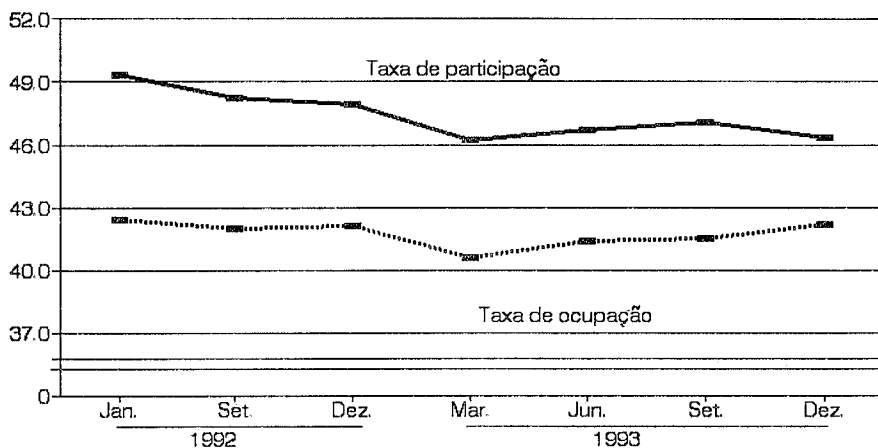
GRÁFICO 4

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO, POR POSIÇÃO DOS MORADORES NO DOMICÍLIO, NA RMPA — ABR/92-DEZ/93

a) chefes



b) cônjuges

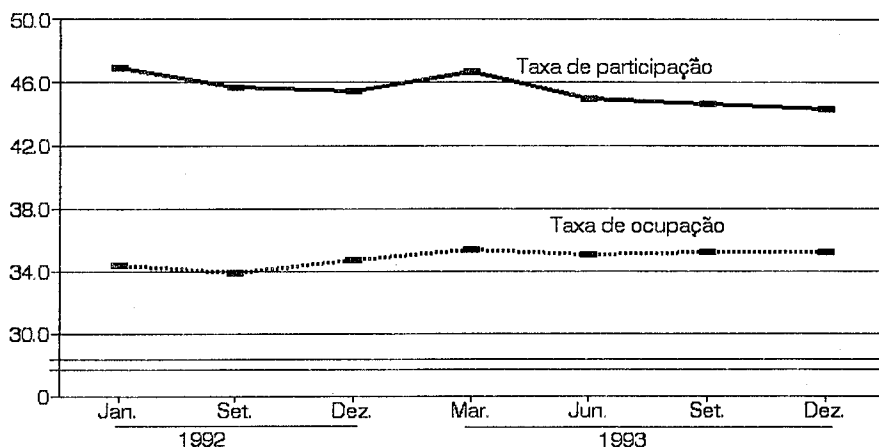


(continua)

GRÁFICO 4

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DE OCUPAÇÃO, POR POSIÇÃO DOS MORADORES NO DOMICÍLIO, NA RMPA — ABR/92-DEZ/93

c) filhos



FONTE: Tabela 4.

5 - Em busca de uma explicação

O mercado de trabalho metropolitano de Porto Alegre apresentou, em 1993, um comportamento algo inesperado à luz de estudos recentes sobre a dinâmica de curto prazo desses mercados. A hipótese desenvolvida em Dedecca e Ferreira (1988) e em Dedecca (1990) indicava que, sob certas condições, o nível de atividade econômica e a participação da PIA no mercado de trabalho oscilariam de forma sincronizada. Ao compararem as flutuações da taxa de ocupação e da taxa de participação na Grande São Paulo, para o período 1985-87, Dedecca e Ferreira depararam-se com uma correlação positiva para quase todos os segmentos da população, à exceção dos indivíduos do sexo masculino com idade entre 18 e 39 anos.

Ainda que os cortes adotados neste artigo não coincidam com os dos estudos mencionados, não resta dúvida quanto ao fato de que o crescimento do nível de atividade econômica não foi acompanhado por maiores taxas de participação da PIA no mercado de trabalho da RMPA, em 1993. Ao contrário, essa taxa reduziu-se ao longo

do ano, tendo a taxa de ocupação permanecido estacionária. Para os indicadores agregados, o coeficiente de correlação linear entre ambas as taxas foi de apenas 0,332.

Os movimentos do mercado de trabalho examinados segundo diferentes critérios de classificação da população podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- a taxa de ocupação medida sobre a PIA cresceu para a força de trabalho masculina, para os indivíduos entre 18 e 39 anos de idade e para aqueles que ocupam a posição de filho no domicílio em que residem. Ao contrário, essa taxa reduziu-se no caso das mulheres, das pessoas entre 10 e 17 anos e com 40 anos ou mais de idade e dos que ocupam a posição de cônjuge. Os chefes de domicílio apresentaram uma pequena queda na taxa de ocupação;
- praticamente todos os grupos nos quais foi seccionada a população apresentaram queda da taxa de participação no mercado de trabalho. A exceção refere-se aos indivíduos entre 18 e 24 anos de idade;
- as maiores reduções da taxa de participação ocorreram nos grupos considerados mão-de-obra secundária, no sentido de que não são aqueles aos quais a sociedade atribui a tarefa de prover os recursos para o orçamento familiar. Assim, as variações negativas da taxa foram mais pronunciadas entre as mulheres, entre os indivíduos de 10 a 17 anos e os com 40 e mais anos de idade e entre os cônjuges e filhos; e
- a correlação positiva entre as flutuações das taxas trimestrais de ocupação e de participação também foi mais intensa nos grupos da mão-de-obra secundária. Uma importante exceção, contudo, refere-se aos indivíduos que ocupam a posição de filho no domicílio em que residem, para os quais houve queda de participação concomitantemente ao aumento da ocupação.

Esses resultados fornecem indícios de que teria ocorrido um movimento do tipo "oferta de trabalho invertida", na RMPA, no ano de 1993. Diante da recuperação do emprego da mão-de-obra primária (indivíduos do sexo masculino e indivíduos entre 18 e 39 anos de idade), após três anos de recessão, aquela parcela da população que entrara no mercado para complementar ou mesmo assegurar a renda das famílias vitimadas pelo desemprego no período 1990-92 teria refluído, em parte, para a inatividade. Contribuindo em igual sentido, deve ser mencionado o aumento dos rendimentos reais do trabalho. O rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal cresceu 5,4% em 1993, tendo sido especialmente elevado o ritmo desse crescimento nos grupos de menores remunerações. Assim, por exemplo, o rendimento médio real dos ocupados no primeiro quartil da distribuição teve alta de 23,1%, ao passo que, no quartil superior, a variação foi de apenas 2,0%.³

Em outras palavras, a recessão **prolongada** teria exigido o ingresso de novos contingentes no mercado de trabalho, apesar das reduzidas chances de conseguirem emprego. Tão logo a economia se encontrou numa trajetória de recuperação, tal pressão foi amenizada, e parte desses indivíduos abandonou a População Economicamente Ativa.

Uma tal explicação é compatível com a hipótese formulada por Offe e Hinrichs. Ela oferece, contudo, não mais do que um ponto de partida para que se analise o comporta-

³ Os ritmos diferentes de crescimento do rendimento médio real reforçariam a hipótese do refluxo da mão-de-obra secundária se considerarmos que os trânsitos dessa mão-de-obra entre o mercado de trabalho e a inatividade se mostram mais intensos nos segmentos de menor renda absoluta. Essa hipótese, contudo, não foi testada, sendo aqui apenas sugerida.

mento do mercado de trabalho urbano numa conjuntura pós-recessão. Várias questões remanescem, das quais a mais relevante é, sem dúvida, a da estabilidade da taxa de ocupação agregada em meio ao forte crescimento da atividade econômica. Como assinado, o comportamento dessa taxa, especificamente a queda observada para certos segmentos da força de trabalho secundária *vis-à-vis* ao seu aumento para parte da mão-de-obra primária, reforçaria uma conclusão *à la* "oferta de trabalho invertida". Porém esse mesmo comportamento poderia indicar a operação conjunta, de um lado, de uma opção de alguns grupos populacionais pela inatividade e, de outro, de acentuadas restrições para o emprego, em face da **qualidade** desse crescimento. Vale dizer, um crescimento com expressivos ganhos de produtividade e tímida geração de postos de trabalho, que reforçaria a "opção" pela inatividade, sobretudo se os grupos em trânsito compreendem indivíduos sem a necessária qualificação para os empregos gerados.

Quanto à queda da taxa de participação agregada e dos segmentos da PIA, que representam a mão-de-obra primária, sobretudo os homens, os indivíduos entre 24 e 39 anos e os chefes de domicílio, uma verificação mais acurada, na linha da hipótese de Offe e Hinrichs, poderia trilhar dois caminhos, a saber: de um lado, a elaboração de indicadores semelhantes aos dos estudos de Dedecca e Ferreira, cruzando-se os critérios sexo e idade, de sorte a se dispor de dados que representem mais corretamente os conceitos de mão-de-obra primária e secundária; de outro, a verificação da trajetória do mercado de trabalho a partir de 1989, ano em que o nível de atividade da economia brasileira cresceu, antes de mergulhar na recessão, a fim de se testar a hipótese da pressão para o ingresso da mão-de-obra secundária no mercado de trabalho durante a crise. Este último teste, no entanto, foge às possibilidades da PED-RMPA, cuja série se iniciou apenas em abril de 1992. Que outros o façam.

Bibliografia

- BOLETIM CONJUNTURAL (1993). Rio de Janeiro: IPEA, n.23, out.
- CONTRI, André et al. (1994). O desempenho na ótica das contas regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.21, n.4, p.9-30, jan.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori (1990). **Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano**: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: UNICAMP/IE. (Tese de doutorado em economia).
- DEDECCA, Cláudio Salvadori, FERREIRA, Sinésio Pires (1988). Crescimento econômico e População Economicamente Ativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.2, n.3, p.43-55, jul./set.
- INFORME PED (1993). Porto Alegre: FEE/FGTAS-SINE-RS/SEADE/DIEESE, n.12, dez.
- OFFE, Claus, HINRICH, Karl (1989). A economia política do mercado de trabalho. In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense. p.19-69.
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO (1992/93). São Paulo: SEADE/DIEESE, jan./dez.